

**Copasa Serviço de Saneamento
Integrado do Norte e Nordeste de
Minas Gerais S/A – COPANOR**

**Demonstrações financeiras e relatório do auditor
independente em 31 de dezembro 2025**



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	8
Balanco Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
1. Contexto operacional.....	16
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	17
3. Principais políticas contábeis	17
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	30
5. Ativos financeiros – Contratos de concessão	31
6. Caixa e equivalentes de caixa	32
7. Contas a receber de clientes	33
8. Estoque	33
9. Recursos oriundos de convênio	34
10. Ativo de contrato	34
11. Intangível	35
12. Imobilizado.....	36
13. Fornecedores	38
14. Impostos, taxas e contribuições	38
15. Provisão para demandas judiciais	38
16. Patrimônio líquido	40
17. Informações por segmento de negócios.....	41
18. Gestão de risco	42
19. Instrumento financeiro por categoria	45
20. Transações com partes relacionadas	45
21. Compromissos	47
22. Receitas	47
23. Custos e despesas por natureza	48
24. Outras receitas (despesas) operacionais	49
25. Resultado financeiro líquido	49
26. Imposto de renda e contribuição social	49
27. Eventos subsequentes.....	50
Diretoria Executiva	50
Conselho Fiscal	50
Contador Responsável	50



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A COPANOR foi criada em 2007 para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte-Nordeste do Estado de Minas Gerais. Essa região do Estado conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais. O seu âmbito de atuação são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

Em dezembro de 2025, a COPANOR operava os serviços de abastecimento de água em 81 municípios (32 em municípios com atuação da Copasa MG nas sedes) e os serviços de esgotamento sanitário em 59 municípios (17 em municípios com atuação da Copasa MG nas sedes).

Em relação ao desempenho operacional, a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR, encerrou o ano de 2025 atendendo cerca de 238 mil pessoas para os serviços de abastecimento de água, distribuídas em 124 mil unidades consumidoras (economias) e com uma extensão de rede de 3,2 mil quilômetros. Com os serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR atende cerca de 124 mil pessoas, distribuídas entre 64 mil economias e com uma rede de 1,6 mil quilômetros.

Quanto ao desempenho financeiro, a receita líquida de água e esgoto alcançou R\$ 62 milhões, aumento de 0,2% quando comparada com o valor observado em 2024. Os custos e despesas operacionais, desconsiderando-se os custos de construção, atingiram R\$ 81,7 milhões, alta de 7,6%. Em 2025, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 15.6 milhões.

O grande desafio da COPANOR continua sendo tornar-se uma empresa sustentável, com prestação de serviços de saneamento de qualidade e tarifas reduzidas, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades regionais, a promoção da inclusão social e a universalização dos serviços.

Perfil da Companhia

A COPANOR cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela Copasa MG.

Negócio: Prestação de serviços em abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Missão: Prover serviços de saneamento, em parceria com o Estado e municípios, em sua área de atuação, de forma sustentável.

Visão: Ser referência, junto à sociedade, como empresa que presta serviços com eficiência e qualidade.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Valores: Ética exemplar e transparência; Responsabilidade socioambiental; Valorização dos colaboradores; Excelência na prestação dos serviços; Inovação e disseminação do conhecimento.

Investimentos

No ano 2025, os investimentos realizados na COPANOR totalizaram R\$ 48,4 milhões (R\$ 50,3 milhões em 2024).

Para o ano de 2026, a Diretoria Executiva autorizou o plano de investimentos com previsão de R\$ 51 milhões.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de MG (Arsae-MG) um subsídio tarifário na tarifa da Copasa MG para suportar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura da COPANOR. O valor do subsídio, a preços de 2017, era de R\$ 40 milhões, sendo que, de 2017 a 2021, sua atualização monetária se dava pela variação observada no INCC.

No âmbito da 2ª revisão tarifária da Copasa MG, a Arsae-MG definiu pela continuidade desse repasse. Em 2024 e em 2025, a Controladora realizou 2 (dois) aportes de R\$ 23,8 milhões em cada ano, sendo um em março e outro em agosto, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, conforme definido pela Agência Reguladora, num total de R\$ 47,6 milhões anuais. Para 2026, o valor do subsídio previsto mesmo é de R\$ 60,2 milhões.

Ambiente Regulatório

Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela COPANOR são regulados e fiscalizados pela Arsae-MG. Cabe à Arsae-MG, dentre outras atribuições, a definição das tarifas da Companhia.

As tarifas praticadas são bem inferiores às tarifas de sua Controladora (Copasa MG), pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

Em 20 de dezembro de 2024, foi concluída nova revisão tarifária, com Efeito Tarifário Médio negativo de 2,87%, vigente a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Em 29 de dezembro de 2025 foi concluída revisão tarifária, que teve um Efeito Tarifário Médio de 9,02%, aplicado a partir de 1º de fevereiro de 2026.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Dados Operacionais

A COPANOR encerrou o ano de 2025 atendendo 124 mil economias (unidades consumidoras) de água, crescimento de 2% em relação a 2024, servindo aproximadamente 238 mil pessoas. A seguir, são apresentados os principais dados operacionais do serviço de abastecimento de água e a evolução nos exercícios comparativos:

Dados Operacionais	2025	2024	Var (%)
Água			
Ligações (1.000 unidades)	121	118	2,5%
Economias (1.000 unidades)	124	121	2,5%
População Atendida (1.000 habitantes)	238	227	4,8%
Volume Distribuído (1.000 m ³)	16.415	16.195	1,4%
Volume Medido (1.000 m ³)	11.461	11.117	3,1%
Extensão de Rede (km)	3.243	3.129	3,6%

¹ Não auditado pelo auditor independente

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR encerrou o ano de 2025 atendendo 64 mil economias, crescimento de 10,3% em comparação a 2024, e servindo 124 mil pessoas ao longo da área de atuação. A seguir, os principais dados operacionais dos serviços de esgotamento sanitário:

Dados Operacionais	2025	2024	Var (%)
Esgoto			
Ligações (1.000 unidades)	62	56	10,7%
Economias (1.000 unidades)	64	58	10,3%
População Atendida (1.000 habitantes)	124	110	12,7%
Volume Medido (1.000 m ³)	5.538	5.091	8,8%
Extensão de Rede (km)	1.591	1.550	2,6%

¹ Não auditado pelo auditor independente

Número de Empregados

A Companhia apresenta a seguir, o número de empregados, bem como o indicador número de empregados por mil ligações de água e esgoto, nos exercícios comparativos:

Empregados e Empregados por Ligações	2025	2024	Var (%)
COPANOR			
Número de Empregados	470	490	-4,1%
Empregados/Ligações ²	2,54	2,78	-8,6%

¹ Não auditado pelo auditor independente

² Número de empregados / 1.000 ligações de água e esgoto.

Desempenho Financeiro

Abaixo são apresentados os dados financeiros da COPANOR, comparativo entre 2025 e 2024:

Especificação	2025	2024	Varição (R\$ mil)	Varição (%)
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	62.060	61.916	144	0,2%
Receita de construção	22.568	29.634	(7.066)	-23,8%
Custos e despesas operacionais	(81.683)	(75.919)	(5.764)	7,6%
Pessoal	(30.556)	(29.245)	(1.311)	4,5%
Materiais	(10.873)	(10.445)	(428)	4,1%
Serviços de terceiros	(9.626)	(9.580)	(46)	0,5%
Energia elétrica	(14.637)	(14.313)	(324)	2,3%
Gerais	(3.130)	(2.737)	(393)	14,4%
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(267)	(690)	423	-61,3%
Depreciação e amortização	(13.420)	(11.771)	(1.649)	14,0%
Provisão (reversão) para perdas em estoques	(253)	1.908	(2.161)	-113,3%
Créditos tributários	1.079	954	125	13,1%
Custos de construção	(22.568)	(29.634)	7.066	-23,8%
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.685)	(1.445)	(1.240)	85,8%
Receitas financeiras líquidas	6.770	5.943	827	13,9%
Prejuízo do exercício	(15.538)	(9.505)	(6.033)	63,5%

A seguir, são apresentados os comentários para as principais variações verificadas entre os exercícios comparativos:

▪ **Receita líquida de vendas e/ou serviços:** acréscimo de R\$ 144 (0,2%) devido ao reajuste tarifário negativo de 2,87% em fevereiro de 2025, compensado pela elevação no volume medido de água (3,1%) e de esgoto (8,8%).

▪ **Receitas e custos de construção:** decréscimo de R\$ 7.066 (23,8%) em função da diminuição nos investimentos em água e esgoto no exercício.

▪ **Custos e despesas operacionais:** a seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

✓ **Pessoal:** Elevação de R\$ 1.311 (4,5%) decorrente do reajuste salarial de 4,49% aplicado em novembro de 2024 e incremento nos gastos com atividades compartilhadas junto à Controladora.

✓ **Materiais:** aumento de R\$ 428 (4,1%) decorrente basicamente aumento no custo de tratamento, pela variação de custos de aquisição.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- ✓ **Energia elétrica:** aumento de R\$ 324 (2,3%), devido ao reajuste tarifário em 7,78% no mercado cativo, parcialmente compensado pela utilização crescente de energia fotovoltaica em 2025, de menor custo.
- ✓ **Gerais:** acréscimo de R\$ 393(14,4%) decorrente de aumento nos custos com viagens e deslocamentos, provocados pela redução do quadro de funcionários.
- ✓ **Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes:** diminuição de R\$ 423 (61,3%) devido à revisão na matriz de perda ocorrida no 2T25, parcialmente compensado pela redução na inadimplência (valor vencido entre 90 e 359 dias, dividido pelo faturamento acumulado dos últimos 12 meses), a qual caiu de 2,28% para 1,91% no exercício.
- ✓ **Depreciação e amortização:** acréscimo de R\$ 1.649 (14%) em função de novas incorporações no exercício.
- ✓ **Provisão para perdas em estoque:** variação de R\$ 2.161 (113,3), decorrente de provisão para perdas de materiais que encontravam paralisados há mais de 360 dias, constituídas em 2025 (reversão em 2024).
- ✓ **Outras despesas operacionais, líquidas:** aumento de R\$ 1.240 (85,8%), devido, principalmente à adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais – PECMA.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia depende, substancialmente, dos repasses de recursos subsidiados por usuários da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S/A – Copasa MG (controladora) para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1



Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.670	27.340
Contas a receber de clientes	7	14.139	14.623
Estoques	8	5.811	6.112
Impostos a recuperar	-	880	908
Recursos oriundos de convênio	9	130	130
Outros ativos	-	888	183
Total do ativo circulante		48.518	49.296
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	189	423
Outros ativos	-	466	352
Ativos financeiros - Contratos de concessão	5	24.183	18.836
Ativo de contrato	10	132.663	134.218
Intangível	11	145.036	116.795
Imobilizado	12	11.428	7.770
Total do ativo não circulante		313.965	278.394
Total do ativo		362.483	327.690
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	9.073	7.744
Impostos, taxas e contribuições	14	2.114	2.559
Salários a pagar e provisão para férias	-	1.925	1.703
Partes relacionadas	20	2.830	2.318
Outras obrigações	-	714	394
Total do passivo circulante		16.656	14.718
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	15	840	428
Outras obrigações	-	411	20
Total do passivo não circulante		1.251	448
Patrimônio líquido			
Capital social	16	480.845	433.255
Prejuízos acumulados	16	(136.269)	(120.731)
Total do patrimônio líquido	16	344.576	312.524
Total do passivo e patrimônio líquido		362.483	327.690

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Demonstrações dos Resultados			
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	22	62.060	61.916
Receita de construção	22	22.568	29.634
Custo dos bens e dos serviços prestados	23	(72.164)	(66.228)
Custo de construção	23	<u>(22.568)</u>	<u>(29.634)</u>
Prejuízo bruto		<u>(10.104)</u>	<u>(4.312)</u>
Despesas com vendas	23	(409)	(353)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	23	(267)	(690)
Despesas administrativas	23	(8.843)	(8.648)
Outras receitas operacionais	24	409	330
Outras despesas operacionais	24	<u>(3.094)</u>	<u>(1.775)</u>
		<u>(12.204)</u>	<u>(11.136)</u>
Resultado operacional antes das receitas financeiras líquidas e impostos			
		<u>(22.308)</u>	<u>(15.448)</u>
Receitas financeiras	25	6.814	5.977
Despesas financeiras	25	<u>(44)</u>	<u>(34)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>6.770</u>	<u>5.943</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(15.538)</u>	<u>(9.505)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	-	-
Prejuízo do exercício		<u>(15.538)</u>	<u>(9.505)</u>
Prejuízo do exercício por ação - em R\$	16	<u>(0,03)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(15.538)	(9.505)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(15.538)</u>	<u>(9.505)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024		385.665	(111.226)	274.439
Aumento de capital	16	47.590	-	47.590
Prejuízo do exercício	-	-	(9.505)	(9.505)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		433.255	(120.731)	312.524
Saldos em 1º de janeiro de 2025		433.255	(120.731)	312.524
Aumento de capital	16	47.590	-	47.590
Prejuízo do exercício	-	-	(15.538)	(15.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		480.845	(136.269)	344.576

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(15.538)	(9.505)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido e o caixa líquido:		
Depreciação e amortização	13.420	11.771
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	268	690
Provisão de processos judiciais	1.200	309
Reversão (provisão) para perdas de estoque de obras	235	(1.862)
Reversão (provisão) para perdas de estoque operacional	18	(46)
Receitas e despesas de juros, líquidas	(402)	(592)
Perda na baixa de ativos de contrato e intangível	63	146
Ativo financeiro - Capitalização	(928)	(714)
	(1.664)	197
Redução (aumento) no ativo operacional		
Contas a receber de clientes	865	1.779
Estoques	283	(951)
Impostos a recuperar	28	73
Outros ativos	(830)	(27)
Aumento (redução) no passivo operacional		
Fornecedores	1.329	(2.767)
Impostos, taxas e contribuições	(445)	(359)
Salários a pagar e provisão para férias	222	167
Partes relacionadas	512	(4.426)
Processos judiciais	(788)	(329)
Outras obrigações	745	(45)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	257	(6.688)
Juros pagos	(13)	(13)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	244	(6.701)
Aquisição de ativos de contrato	(38.848)	(37.952)
Aquisição de ativos intangíveis	(7.924)	(11.055)
Aquisição de ativos imobilizados	(1.612)	(1.295)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48.384)	(50.302)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(120)	(91)
Integralização de capital	47.590	47.590
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	47.470	47.499
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(670)	(9.504)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.340	36.844
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	26.670	27.340
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(670)	(9.504)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR (“COPANOR” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ nº 09.104.426/0001-60, foi criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE – MG), criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR.

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia abriu consulta pública do Projeto Água dos Vales, uma Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de universalizar o saneamento básico nas regiões do Jequitinhonha e Mucuri do Estado de Minas Gerais. De acordo com a concepção do arranjo, a Copasa MG e/ou a COPANOR, delegariam a um operador privado a responsabilidade pelos investimentos e pela gestão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, além da coleta e destinação adequada do esgoto. O texto da consulta prevê que a Copasa MG, como contratante, fica encarregada de fiscalizar a execução dos investimentos e o cumprimento das metas e indicadores de desempenho. Os estudos técnicos foram conduzidos pela International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com apoio financeiro da *Global Infrastructure Facility* e da PSPInfra, uma iniciativa conjunta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do BNDES e da IFC. A consulta pública foi finalizada no mês de dezembro de 2024. O tema encontra-se em avaliação pela Administração da Copasa MG.

A Lei nº 25.664/2025, que autoriza a desestatização da Copasa MG, incluiu também um dispositivo autorizando a Controladora a adotar todas as ações e medidas necessárias para realizar a operação de incorporação da COPANOR. O tema encontra-se em avaliação pela administração da Controladora quanto à forma, condições e cronograma, inclusive no contexto da Desestatização. Ao ser implementada, a operação poderá gerar efeitos na estrutura societária e operacional do grupo, os quais serão divulgados oportunamente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.

As Demonstrações Financeiras são preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, considerando que o fluxo de caixa necessário nestas operações será garantido pelo suporte de recursos financeiros oriundos do programa de Subsídio Tarifário à COPANOR, e se necessário de sua Controladora (Copasa MG), até que as operações se tornem lucrativas.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ 1.000), exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das presentes Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, em 10 de março de 2026. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas. A Companhia possui dois segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 17.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativo financeiro

3.3.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessões são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.3.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.3.2. Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia adota o modelo de reconhecimento de perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes, sendo que realiza estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir dos estudos, a perda incorrida da Companhia leva em consideração a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir do contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisa os critérios da matriz de perda, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes, com o objetivo de determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e na análise da dívida de seus clientes, integrando ao estudo projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia segue analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores registrados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.



Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessões preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPANOR reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessões pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessões pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques (almoxarifados) são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, excetos os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.5 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessões firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessões.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos na aquisição, adicionados daqueles custos necessários para que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.5 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.6 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa - UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação, a ARSAE-MG, criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Copasa MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR, que consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da Copasa MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da Copasa MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE-MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

3.7 Provisões

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratar de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas Demonstrações Financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.8 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos e leis vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado do ativo fiscal diferido é de R\$ 43.503 (R\$ 39.340 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 41.229 (R\$ 37.423 em 31 de dezembro de 2024) proveniente de 34% do prejuízo fiscal, e R\$ 2.274 (R\$ 1.917 em 31 de dezembro de 2024) referente às diferenças temporárias dedutíveis líquidas. Contudo, a Companhia não registrou o referido ativo fiscal, uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros suficientes para a sua compensação.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/Pasep - Programa de integração social	1,65
Cofins - Contribuição para Financiamento para Seguridade Social	7,60
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/Cofins apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.9 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da Companhia.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subseqüentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessões e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessões de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.11 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia está descrita a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações financeiras.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2026.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa nº 3.11 (b): Estimativa da margem zero;
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa nº 3.11 (a): Estimativa baseada na média de consumo;
- (c) Perdas na realização de crédito – Nota explicativa nº 3.3.2: Mensuração de perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes;
- (d) Impostos – Nota explicativa nº 3.9: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- (e) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros – Nota explicativa nº 3.7: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- (f) Provisões para demandas judiciais – Nota explicativa nº 3.8: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- (g) Ativos financeiros – contrato de concessões – Nota explicativa nº 3.3.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

5. Ativos financeiros – contratos de concessão

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessões que são firmados com cada município, pelo período médio de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia engloba as regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG.

A ARSAE-MG divulgou, em 29 de dezembro de 2025, a Resolução ARSAE-MG nº 218/25, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 9,02% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Desconsiderando os municípios onde a Copasa tem sede, a COPANOR possuía operação em 31 de dezembro de 2025 em 49 Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 42 contratos de serviços de esgotamento sanitário. Esses Contratos têm vencimento a partir de 2038.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Em 12 de julho de 2023, o executivo federal editou os Decretos nºs 11.598/23 e 11.599/23, revogando os Decretos nºs 11.466/23 e 11.467/23 onde, em suma, (i) são ajustados aspectos quanto à metodologia e prazos para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços, e (ii) é vedada a possibilidade, prevista nos decretos anteriores, de empresa pública ou sociedade de economia mista estadual prestar serviços de saneamento, sem prévio processo competitivo, aos municípios que integrem uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

A Companhia ressalta que as alterações legislativas não interferem na atual situação jurídica dos seus contratos de concessão e de programa e na correspondente prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e que segue acompanhando todas as iniciativas que venham a alterar as regras vigentes sobre o setor.

Em 20 de março de 2024, a ARSAE-MG emitiu a Resolução nº 191, que revogou a Resolução ARSAE-MG nº 72 de 9 de julho de 2015 e estabelece novas metodologias de cálculo dos valores de indenização de investimentos não amortizados, vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, em caso de vencimento ou de extinção antecipada de concessões de serviços públicos regulados pela ARSAE-MG. Em 11 de dezembro de 2024, a ARSAE-MG publicou a Resolução nº 200, promovendo alterações na Resolução 191, com a inserção de dois anexos e, em especial, alterando o capítulo que trata da indenização residual de ativos de sistemas compartilhados. A Companhia avalia que o conteúdo desta última Resolução traz ainda maior segurança jurídico-regulatória quanto ao tratamento dado pela Companhia aos bens operados em sistemas compartilhados, não havendo impactos a registrar em suas demonstrações financeiras como decorrência destas resoluções.

O saldo do ativo financeiro de concessões está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	18.836	16.996
Transferência de (para) intangível	4.419	1.126
Capitalização	928	714
Saldo final	24.183	18.836

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	8	8
Bancos	393	959
Aplicações financeiras	26.269	26.373
Total	26.670	27.340

A Companhia classifica suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 104,41% do CDI no exercício em 31 de dezembro de 2025 (104,78% do CDI no exercício em 31 de dezembro de 2024). O CDI em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,90% (12,15% em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos até 30 dias	2.779	3.260
Vencidos de 31 até 60 dias	1.463	1.522
Vencidos de 61 até 90 dias	685	729
Vencidos de 91 até 180 dias	823	943
Vencidos de 181 até 360 dias	-	70
Acima de 361 dias	42	34
Vencidos - total	5.792	6.558
A vencer	6.093	5.395
Valores faturados	11.885	11.953
Valores a faturar	3.419	4.223
Contas a receber de clientes	15.304	16.176
(-) Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(976)	(1.130)
Contas a receber de clientes, líquidas	14.328	15.046
Circulante	14.139	14.623
Não circulante	189	423

A movimentação nas perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(1.130)	(1.541)
Adição nas perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes	(268)	(690)
Contas a receber de cliente baixadas no exercício como incobráveis	422	1.101
Saldo final	(976)	(1.130)

8. Estoque

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais em almoxarifado	5.931	6.214
(-) Provisão para perda de materiais (*)	(120)	(102)
Total de estoques	5.811	6.112

(*) A provisão é constituída quando o item de estoque não se movimentou nos últimos 365 dias.

9. Recursos oriundos de convênio

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras de convênio	137	129
Imposto de renda s/ aplicação financeira de convênio	323	323
Convênio	550.603	550.603
Depósitos recebidos por convênio	(550.933)	(550.925)
Valor de convênio de cooperação técnica	(7)	1
Total de recursos oriundos de convênio	130	130

Os saldos acima referem-se a recursos recebidos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais SES/MG, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para implantação dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões de atuação da Companhia.

10. Ativo de contrato

O saldo de ativo de contrato refere-se ao saldo de obras em andamento, sendo a movimentação no exercício de 2025 demonstrada como segue:

	Obras em andamento	Estoques para obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	117.230	16.988	134.218
Adições	38.502	346	38.848
Baixas	(50)	-	(50)
Provisão para perda em materiais de obra	-	(235)	(235)
Transferências para o ativo intangível	(35.873)	-	(35.873)
Transferências para o ativo imobilizado	(4.245)	-	(4.245)
Reclassificação	3.565	(3.565)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	119.129	13.534	132.663

A movimentação no exercício 2024 foi a seguinte:

	Obras em andamento	Estoques para obras	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	82.538	14.896	97.434
Adições	37.722	230	37.952
Reversão de provisão para perdas em materiais de obra	-	1.862	1.862
Transferências para o ativo intangível	(2.732)	-	(2.732)
Transferências para o ativo imobilizado	(298)	-	(298)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	117.230	16.988	134.218

11. Intangível

A composição dos saldos do intangível é a seguinte:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	78.229	(16.108)	62.121	66.699	(12.272)	54.427
Esgotamento sanitário	74.370	(18.210)	56.160	66.999	(14.648)	52.351
Sistemas de uso comum	41.649	(17.435)	24.214	22.467	(13.855)	8.612
Direitos de uso	163	(157)	6	163	(155)	8
Outros ativos intangíveis	2.886	(351)	2.535	1.635	(238)	1.397
Total do intangível	197.297	(52.261)	145.036	157.963	(41.168)	116.795

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	Sistemas de				
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum ¹	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	54.427	52.351	8.612	1.405	116.795
Adições	4.491	3.309	114	10	7.924
Baixas	(5)	-	(8)	-	(13)
Amortização	(3.836)	(3.562)	(3.610)	(116)	(11.124)
Transferência (para) de ativo financeiro	(1.816)	(537)	(736)	(1.330)	(4.419)
Transferência de ativo de contrato	8.860	4.599	19.842	2.572	35.873
Saldos em 31 de dezembro de 2025	62.121	56.160	24.214	2.541	145.036

A movimentação no exercício 2024 foi a seguinte:

	Sistemas de				
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum ¹	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	50.909	53.086	9.170	1.088	114.253
Adições	5.580	2.943	1.968	564	11.055
Baixas	(103)	-	(43)	-	(146)
Amortização	(3.245)	(3.332)	(3.312)	(88)	(9.977)
Transferência (para) de ativo financeiro	(291)	(360)	(71)	(404)	(1.126)
Transferências entre intangível e imobilizado	(12)	-	16	-	4
Transferência de ativo de contrato	1.589	14	884	245	2.732
Saldos em 31 dezembro de 2024	54.427	52.351	8.612	1.405	116.795

A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apropriada ao resultado foi de R\$ 11.124, sendo R\$ 11.120 como custo dos serviços prestados e R\$ 4 como despesas administrativas (R\$ 9.977, sendo R\$ 9.973 como custo dos serviços prestados e R\$ 4 como despesas administrativas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Taxa média de amortização apurada:

	31/12/2025	31/12/2024
Sistemas de água	5,38%	5,20%
Esgotamento sanitário	5,16%	5,09%
Sistemas de uso comum	17,54%	17,96%
Direitos de uso	5,76%	5,98%

12. Imobilizado

A composição dos saldos do imobilizado é a seguinte:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Máquinas e equipamentos	9.331	(4.105)	5.226	7.815	(3.016)	4.799
Veículos	5.525	(2.748)	2.777	3.795	(1.731)	2.064
Terrenos e construções	3.558	(133)	3.425	948	(41)	907
Total do imobilizado	18.414	(6.986)	11.428	12.558	(4.788)	7.770

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	4.799	2.064	907	7.770
Adições	-	1.612	-	1.612
Depreciação	(1.090)	(1.017)	(92)	(2.199)
Transferência de ativo de contrato	1.515	118	2.612	4.245
Reclassificação	2	-	(2)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.226	2.777	3.425	11.428

No exercício de 2024, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	4.309	2.820	755	7.884
Adições	1.230	-	65	1.295
Depreciação	(914)	(756)	(33)	(1.703)
Transferência de ativo de contrato	178	-	120	298
Transferência entre intangível e imobilizado	(4)	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.799	2.064	907	7.770

A depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apropriada ao resultado foi de R\$ 2.199, sendo R\$ 2.067 como custo dos serviços prestados e R\$ 132 com vendas e administrativas (R\$ 1.703, sendo R\$ 1.555 como custo dos serviços prestados e R\$ 148 como despesas com vendas e administrativas, no exercício em 31 de dezembro de 2024).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Taxa média de depreciação apurada:

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	14,68%	12,50%
Edificações	4,00%	3,52%
Veículos	23,19%	19,92%

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos de vida longa

A Companhia elaborou estudo técnico de teste de *impairment*, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2025, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, economias atendidas, custos, despesas e investimentos para os próximos 11 anos. Esse período reflete o período de investimentos mais intensos para atender as metas de universalização preconizadas pelo Novo Marco, até 2033.

O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (*impairment*) de ativos de vida longa.

A Companhia e sua controladora entendem possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita, considerando o contexto da Lei nº 25.664/25, que autoriza a controladora COPASA MG a realizar a incorporação da Companhia (Nota Explicativa 1). Desta forma, foi considerada a COPANOR e COPASA MG como uma única UGC combinada.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O EBITDA projetado da referida UGC está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio da UGC combinada. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifas atuais e volumes faturados projetados em função do crescimento de volume consumido, além de incrementos de tarifa a título de efeito de revisões tarifárias, com incrementos conforme estudos internos em cada uma das revisões, referentes aos ganhos com a remuneração do incremento da base de ativos, entre outros.
- Custos e despesas: custos com material e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura para o período até 2033, porém considerando ganhos de eficiência decorrente de ações como investimentos em fontes de energia renovável.

- Preços foram mantidos constantes.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e conseqüentemente não resultaria em *impairment*.

13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	7.667	6.505
Energia elétrica	1.406	1.239
Total	<u>9.073</u>	<u>7.744</u>

14. Impostos, taxas e contribuições

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS	643	572
COFINS	1.020	1.449
PIS	171	314
FGTS	134	140
Outros	146	84
Total	<u>2.114</u>	<u>2.559</u>

15. Provisão para demandas judiciais

(a) Perdas consideradas prováveis

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Contingências</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Contingências</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>
Cível	546	-	546	312	-	312
Trabalhista	397	(217)	180	56	(50)	6
Ambiental	114	-	114	110	-	110
Total	<u>1.057</u>	<u>(217)</u>	<u>840</u>	<u>478</u>	<u>(50)</u>	<u>428</u>

As provisões são registradas como passivo não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer. O critério adotado pela Companhia é o de constituir provisão para as ações consideradas como perdas prováveis. As adições e reversões foram substancialmente decorrentes de novas ações e reclassificações de risco em demandas judiciais.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo no início do exercício, antes da compensação de depósitos judiciais	478	562
Adições (líquidas de reversões)	1.174	319
Atualizações e juros	26	(10)
Pagamento	(621)	(393)
Total provisões	1.057	478
Compensação de depósitos judiciais	(217)	(50)
Saldo no fim do exercício	840	428

(b) Passivos Contingentes (não provisionadas)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Possíveis		
Administrativo	5.407	3.438
Cível	10.094	10.177
Ambiental	27	26
Trabalhista	1.015	1.014
Criminal	5	94
Total	16.548	14.749

Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de naturezas tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

A Companhia é parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal dos negócios da Companhia e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia.

Os montantes de R\$ 1.021 e R\$ 3.532 em 31/12/2024, então registrados como "Cível", foram reclassificados para Ambiental e Criminal, respectivamente.

Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos a empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas, em cada uma das fases do andamento processual.

Criminal

Referem-se a processos propostos pelo Ministério Público contra a Companhia e versam, em regra, sobre a violação a algum dos dispositivos da Lei 9.605/98, a qual dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

16. Patrimônio líquido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capital social (a)	480.845	433.255
Prejuízo acumulados (c)	(136.269)	(120.731)
Total	<u>344.576</u>	<u>312.524</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(15.538)	(9.505)
Média ponderada de ações no fim do exercício	452.064	419.454
Prejuízo médio por ação - Básico e diluído em R\$	<u>(0,03)</u>	<u>(0,02)</u>

(a) Capital social

Em reunião realizada em 26 de março e 23 de agosto de 2024, a AGE aprovou o aumento de Capital Social mediante a subscrição de novas ações no valor de R\$ 23.795 em cada deliberação, totalizando um valor aportado de R\$ 47.590.

Em 11 de março e 29 de agosto de 2025, a AGE aprovou o aumento de Capital Social mediante a subscrição de novas ações nos valores de 23.795 em cada deliberação, totalizando um valor aportado de R\$ 47.590.

Os aumentos de capital mencionados acima correspondem a recursos oriundos do subsídio previsto na revisão tarifária da Copasa MG.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é formado em 31 de dezembro de 2025 por 480.845.528 ações ordinárias (433.255.291 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024).

Todas as ações estão integralizadas e possuem o valor nominal de R\$ 1,00 (um real). A Companhia é controlada pela Copasa MG, que detém 100% das suas ações.

(b) Prejuízos acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 136.269 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 120.731 em 31 dezembro de 2024).

17. Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água e serviços de esgoto.

Resultado

	2025			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as demonstrações financeiras	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta*	50.883	17.532	22.568	90.983
Deduções da receita bruta	(4.733)	(1.622)	-	(6.355)
Receita operacional líquida*	46.150	15.910	22.568	84.628
Custos, despesas com vendas e administrativas	(60.751)	(20.932)	(22.568)	(104.251)
Prejuízo operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(14.601)	(5.022)	-	(19.623)
Outras despesas operacionais líquidas				(2.685)
Resultado financeiro, líquido				6.770
Resultado operacional antes dos impostos				(15.538)

Resultado

	2024			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as demonstrações financeiras	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta*	51.884	16.342	29.634	97.860
Deduções da receita bruta	(4.799)	(1.511)	-	(6.310)
Receita operacional líquida*	47.085	14.831	29.634	91.550
Custos, despesas com vendas e administrativas	(57.734)	(18.185)	(29.634)	(105.553)
Prejuízo operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(10.649)	(3.354)	-	(14.003)
Outras despesas operacionais líquidas				(1.445)
Resultado financeiro, líquido				5.943
Resultado operacional antes dos impostos				(9.505)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada no exercício em 31 de dezembro de:

	2025	2024
Serviços de água	3.836	3.245
Serviços de esgoto	3.562	3.332
Outros imobilizados	6.022	5.194
Total	13.420	11.771

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as presentes Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	22.568	29.634
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(22.568)	(29.634)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Intangível		
Serviços de água	62.121	54.427
Serviços de esgoto	56.160	52.351
Uso comum e outros	26.755	10.017
Total do intangível	145.036	116.795
Imobilizado		
Serviços de água	5.226	4.799
Serviços de esgoto	2.777	2.064
Terrenos e Edificações	3.425	907
Total do imobilizado	11.428	7.770

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

18. Gestão de risco

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado, CDBs, aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram os ativos, como por exemplo, aplicações financeiras. A Companhia não possuía endividamento indexados à variação nas taxas de juros e taxas de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da Copasa e da COPANOR, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e caucões (agências de risco, <i>Fitch, Moody`s e S&P</i>)	31/12/2025	31/12/2024
AAA	1.002	4.042
AA	24.766	13.866
A	501	8.465
Total (nota explicativa nº 6)	26.269	26.373

Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita e pelos investimentos. No entanto, a COPANOR acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento		
	Até 01 ano	Entre 01 a 05 anos	Acima de 05 anos
Fornecedores	9.073	-	-
Partes relacionadas	2.830	-	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Instrumento financeiro por categoria

Os totais de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são demonstrados como seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	26.670	27.340
Contas a receber de clientes	14.328	15.046
Recursos oriundos de convênio	130	130
Ativos financeiros – contrato de concessões	<u>24.183</u>	<u>18.836</u>
Total	<u>65.311</u>	<u>61.352</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivos		
Fornecedores	9.073	7.744
Partes relacionadas	<u>2.830</u>	<u>2.318</u>
Total	<u>11.903</u>	<u>10.062</u>

20. Transações com partes relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como partes relacionadas a sua Controladora Copasa MG, a Copass Saúde e o Estado de Minas Gerais, que é acionista majoritário da Controladora. A Controladora é acionista de sua subsidiária integral COPASA Patos Saneamento S.A, com a qual a COPANOR não possui saldos e operações. Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Copasa	Outras	
		ESTADO MG	COPASS
Em 31/12/2025:			
Ativo circulante			
Clientes - Valores faturados	-	199	-
Clientes - Valores a faturar	-	192	-
Convênio de cooperação técnica	-	(7)	-
Total do ativo	-	384	-
Passivo			
Circulante			
Programa de saúde	-	-	152
Não circulante			
Partes relacionadas	2.830	-	-
Total do passivo	2.830	-	152
Resultado no exercício de 2025			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	1.745	-
Despesas com pessoal cedido	(1.569)	-	-
Gastos compartilhados	(2.999)	-	-
Programa de saúde	-	-	(1.037)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(93)	-	-
Total do resultado	(4.661)	1.745	(1.037)

	Copasa	Outras	
		ESTADO MG	COPASS
Em 31/12/2024:			
Ativo circulante			
Clientes - Valores faturados	-	265	-
Clientes - Valores a faturar	-	223	-
Convênio de cooperação técnica	-	1	-
Total do ativo	-	489	-
Passivo			
Circulante			
Programa de saúde	-	-	(8)
Não circulante			
Partes relacionadas	2.318	-	-
Total do passivo	2.318	-	(8)
Resultado no exercício de 2024			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	2.259	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.511)	-	-
Gastos compartilhados	(2.693)	-	-
Programa de saúde	-	-	(982)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(107)	-	-
Total do resultado	(4.311)	2.259	(982)

• Copasa MG

Refere-se a reembolso de despesas com pessoal técnico cedido e rateio de custos e despesas das atividades administrativas prestadas, conforme cláusula II e III do Termo de Cooperação Técnica Institucional nº 24.0426.

Em 6 de fevereiro de 2024, a Companhia firmou Convênio de Cooperação com a Controladora, visando o compartilhamento, por meio de rateio, de custos e despesas das atividades. O prazo para pagamento é de até 180 dias da data das medições. O montante incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.661 (R\$ 4.311 em 31 de dezembro de 2024).

• **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados. A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e regulado por aquela agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração é realizada sob o contexto de sua Controladora.

21. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores contratados com empreiteiros e fornecedores em aberto estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	Prazo médio contratado em meses	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais - Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	35.665	15	24.280	14

22. Receitas

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de serviços de água	50.883	51.884
Receita bruta de serviços de esgoto	17.532	16.342
Total receita bruta de serviços	68.415	68.226
Impostos sobre vendas e serviços (PIS/COFINS)	(6.355)	(6.310)
Total receita líquida de venda de bens e/ou serviços	62.060	61.916
Receita bruta de construção	22.568	29.634
Total receita líquida de serviços e construção	84.628	91.550

23. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(30.556)	(29.245)
Materiais	(10.873)	(10.445)
Serviços de terceiros	(9.626)	(9.580)
Energia elétrica	(14.637)	(14.313)
Gerais	(3.130)	(2.737)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(267)	(690)
Depreciação e amortização	(13.420)	(11.771)
Custos de construção	(22.568)	(29.634)
Provisão (reversão) para perdas em estoques	(253)	1.908
Custos e despesas operacionais	(105.330)	(106.507)
(-) Créditos tributários	1.079	954
Custos e despesas operacionais líquidas	(104.251)	(105.553)
Custo dos bens e dos serviços prestados	(72.164)	(66.228)
Custo de construção	(22.568)	(29.634)
Custos	(94.732)	(95.862)
Despesas com vendas	(409)	(353)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(267)	(690)
Despesas administrativas	(8.843)	(8.648)
Despesas	(9.519)	(9.691)
Detalhamento dos custos de construção:		
Materiais	(2.386)	(3.571)
Equipamentos	(227)	82
Serviços de terceiros	(19.955)	(26.145)
Total dos custos de construção	(22.568)	(29.634)
Detalhamento de gastos com pessoal:		
Salários	(18.545)	(17.794)
Custos previdenciários	(4.551)	(4.421)
FGTS	(1.118)	(1.091)
Programa de alimentação	(4.979)	(4.680)
Plano de saúde	(1.037)	(982)
Formação profissional	(144)	(104)
Outros benefícios	(182)	(173)
Total dos gastos com pessoal	(30.556)	(29.245)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reversão de provisão com materiais	172	126
Outras	237	204
Total das outras receitas operacionais	409	330
Provisão de demandas judiciais, líquida	(675)	(163)
Taxa da ARSAE	(1.187)	(1.101)
Impostos e tributos	(275)	(225)
Multas diversas	(387)	(222)
Outros	(570)	(64)
Total das outras despesas operacionais	(3.094)	(1.775)
Total das outras despesas líquidas	(2.685)	(1.445)

25. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras podem ser assim sumarizadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros diversos/clientes	347	549
Receita de variação monetária	639	161
Rendimentos com aplicações financeiras	4.269	3.738
Receita de ativos financeiros	928	714
Descontos obtidos	918	1.072
Tributos sobre receita financeira	(287)	(257)
Total de receita financeira	6.814	5.977
Juros sobre arrendamento	(13)	(13)
Outras despesas financeiras	(31)	(21)
Total de despesa financeira	(44)	(34)
Resultado financeiro líquido	6.770	5.943

26. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da alíquota efetiva pode ser demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes dos impostos	(15.538)	(9.505)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%)	5.283	3.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não registrados pela falta de expectativa de lucro tributáveis futuros	(4.972)	(3.154)
Ajustes permanentes	(311)	(78)
Resultado com imposto de renda e contribuição social	-	-
Provisão para o imposto de renda	-	-
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	-	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

27. Eventos Subsequentes

Alterações Estatutárias

Em 20 de janeiro de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou nova versão do Estatuto Social da Companhia, na qual foi ajustada a redação do objeto social, bem como procedida à atualização de algumas regras de governança, incluindo: (i) reorganização da composição e competências da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; (ii) revisão dos requisitos e vedações para administradores; e (iii) atualização das alçadas decisórias da Administração, com novos limites e critérios de aprovação. Tais alterações são de natureza institucional e não produzem efeitos sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

* * *

Diretoria Executiva

Marília Carvalho de Melo – Diretor Presidente

Adriano Rudek de Moura – Diretor Financeiro e Administrativo

Cleyson Jacomini de Sousa – Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade

Pablo Ferraço Andreão – Diretor de Operação e Empreendimentos

Conselho Fiscal

Felipe Magno Parreiras de Sousa

Rafael Caminha Marchesini

Reges Moisés dos Santos

Contador Responsável

Gabriel Estellita Lins Costa – Contador – CRC/ES-009433/O-4 T-MG